

**As redes sociais, a fabricação de manifestações populares e os atentados contra a democracia em 8 de Janeiro de 2023 no Brasil**

---

**Social networks, the fabrication of popular manifestations and attacks against democracy on January 8, 2023 in Brazil**

**Redes sociales, la fabricación de manifestaciones populares y ataques contra la democracia el 8 de Enero de 2023 en Brasil**

Daniela Fávaro Garrossini  
Universidade de Brasília  
Brasil  
[garrossini@unb.br](mailto:garrossini@unb.br)

Fatima Aparecida dos Santos  
Universidade de Brasília  
Brasil  
[designerfatima45@gmail.com](mailto:designerfatima45@gmail.com)

João Victor Alves Tonhá  
Universidade de Brasília  
Brasil  
[jvtonha@me.com](mailto:jvtonha@me.com)

Pedro Henrique Elias Guimarães  
Universidade de Brasília  
Brasil  
[pedro.heliasg@gmail.com](mailto:pedro.heliasg@gmail.com)

**Abstract:** This article investigates how social networks have transformed themselves from the political power of popular expression to algorithmic bubbles and the fabrication of fascism in Brazil. It analyzes the spectacular aspects that led to the attacks of January 8 in Brasilia. This article is based on Paul Virilio's studies on space construction, Castells' assumptions about the advent of networks, and Yann Moulrier-Boutang's studies on capitalism and cognitive capitalism. Possible semiotics of the discourse is also discussed based on the provisions of narratives built on the networks in manufacturing the terrorist acts of January 8, 2023. In the end, a panorama was constructed from which, with the distancing of time and verification of layers of meaning, we may develop machinations that perpetuate political and mediatic models that weaken the potential of social groups and of democracy itself.

**Keywords:**

Democracy, Social Networks, Fascism, Brazil

**Resumo:** Busca-se neste artigo investigar como as redes sociais se transformaram de potência política da expressão popular às bolhas algorítmicas e a fabricação do Fascismo no Brasil. Analisa-se os aspectos especulares que levaram aos atentados de 8 de janeiro em Brasília. Este artigo fundamenta-se nos estudos de Paul Virilio sobre a construção do espaço, nas premissas de Castells sobre o advento das redes, nos estudos sobre capitalismo e capitalismo cognitivo de Yann Moulier-Boutang. Discute-se ainda uma possível semiótica do discurso a partir das disposições especulares de narrativas construídas nas redes no processo de fabricação dos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023. Ao final foi construído um panorama com vários pontos de fuga a partir dos quais com o distanciamento do tempo e apuração das camadas de significação poderemos no futuro desvelar as maquinações que perpetuam modelos políticos e midiáticos que enfraquecem as potencialidades dos grupos sociais e da democracia.

**Palavras-chave:**

Democracia, Redes Sociais Digitais, Fascismo, Brasil

**Resumen:** Este artículo busca investigar cómo las redes sociales se han transformado de un poder político de expresión popular a burbujas algorítmicas y la fabricación del fascismo en Brasil. Analiza los aspectos especulares que llevaron a los atentados del 8 de enero en Brasilia. Este artículo se basa en los estudios de Paul Virilio sobre la construcción del espacio, en los supuestos de Castells sobre el advenimiento de las redes, en los estudios sobre el capitalismo y el capitalismo cognitivo de Yann Moulier-Boutang. También se discute una posible semiótica del discurso a partir de las disposiciones especulares de las narrativas construidas en las redes en el proceso de fabricación de los actos terroristas del 8 de enero de 2023. Al final, se construye un panorama con varios puntos de fuga desde el cual con el distanciamiento nosotros mismos desde el tiempo e investigando las camadas de sentido, podremos, en el futuro, develar las maquinaciones que perpetúan modelos políticos y mediáticos que debilitan el potencial de los grupos sociales y la democracia.

**Palabras clave:**

Democracia; Redes Sociales Digitales; Fascismo; Brasil

## 1. Percepções sobre o contexto histórico-político no Brasil

A guisa dos inúmeros *posts* encontrados no *twitter* postados em 7 de Janeiro de 2023, encontramos um perfil menor @patportobahia (PatGomes, 2023), sem muitos seguidores, no qual existe um vídeo que mostra centenas de barracas e milhares de pessoas acampadas em frente ao QG do Exército em Brasília. O texto do *post* diz “Estamos na maior manifestação da história de Brasília” (PatGomes, 2023) acompanhada da frase “divulguem muito porque a mídia vermelha vai dizer que fracassou por conta da chuva” (PatGomes, 2023). O perfil @patportobahia, encontrado aleatoriamente para este texto, tem apenas mil e trinta e seis seguidores. Já a primeira página do portal Uol, no mesmo dia 7 de janeiro, denunciava que ônibus bolsonaristas chegavam à Brasília e continuava anunciando uma tensão ainda sob controle.

Pontuamos neste início de artigo, como o mesmo acontecimento se apresentou num perfil com poucos seguidores e na primeira página de um dos maiores portais de notícias. De certo modo, de um lado tínhamos um superdimensionamento do acampamento e do outro lado uma subestimação do seu poder de destruição. A temperatura e o temor foram aumentados ao longo de todo o dia 8 de janeiro e perplexos assistimos, tanto na mídia hegemônica quanto nos perfis de redes sociais e canais do YouTube, à destruição gratuita provocada por uma massa irracional que ocupou a Esplanada dos Ministérios destruindo com força animal os prédios dos três poderes, patrimônio mundial da humanidade. Além disso, a destruição seguiu com ataques às obras de arte, móveis históricos, documentos e toda sorte de objetos. Observou-se a irracionalidade característica das massas em detrimento da fé que tínhamos no ente multidão conforme foi sonhado por Hardt e Negri (2005).

De modo algum, a mancha bicolor dos chamados patriotas poderia ser comparada com os movimentos de ocupação das ruas com demandas e reivindicações populares iniciadas em 2001 em Gênova/ Liguria/IT e descritos por Negri como “a recomposição das lutas que acontece sob o signo da multidão e quando se fala (como Gênova impôs fazê-lo de um novo ciclo de lutas), este é hegemonizado pela Multidão” (Negri, 2002, p. 102). Negri afirmou isso e começou a construir os argumentos epistemológicos de um devir multidão a partir exatamente das tecnologias e divulgações que aconteceram em Gênova. Até então as manifestações identificadas como reivindicações populares eram apagadas pela mídia hegemônica, ou noticiadas de forma a criminalizar o povo e garantir a manutenção do status quo. Em Gênova foram assassinados 97 manifestantes e estes não passaram impune exatamente pela presença de câmeras fotográficas que registraram a violência dos policiais e com isso conseguiram construir uma narrativa diferente da hegemônica, denunciando nas já

então redes sociais os terríveis acontecimentos. É nesse momento que se instaura a crença num devir multidão e no potencial de comunicação ponto a ponto que a internet teria.

No Brasil, o contexto atual de luta pela legitimação política e institucional que levou Michel Temer à presidência no ano de 2016 pode ser lido por meio da análise das transformações e formações políticas dos últimos anos. De fato, é estratégica a transformação político-comunicativa que o Movimento Passe Livre (MPL) marcou em 2013.

Este movimento esteve presente em diversas cidades do Brasil e tinha como objetivos a efetiva democratização do acesso ao espaço urbano e seus serviços. A origem e atuação do MPL podem ser encontradas com ampla repercussão nas redes sociais. Esse impacto gerou outras formas de comunicação política, forma que definimos como transmídia. Esta forma não é neutra, mas contribui para a legitimação política das novas conformações de governo, abrindo novas formas de comunicação e novos caminhos sociopolíticos para os movimentos de oposição.

Tudo o que acontece hoje não é diferente do que aconteceu quando Getúlio Vargas foi levado ao suicídio, ou quando tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart (Jango) ou quando se deu o golpe de 1964, portanto, estamos diante dos mesmos tipos de atores e da instrumentalização das instituições.

Em 2013 o Brasil foi encurralado por acordos, principalmente da oposição, que perdeu as eleições pela quarta vez consecutiva. Na ocasião, em 2014, solicitaram a recontagem dos votos na última eleição presidencial; interpuseram ações de anulação da eleição; ocuparam os meios de comunicação para disseminar uma série de denúncias inexistentes; compraram laudos oficiais de juízes que se esconderam atrás de siglas desconhecidas como pertencentes aos novos “movimentos sociais”, como o Movimento Brasil Livre (MBL) ou o Movimento Vem para Rua (MVR), que insuflaram batalhões de pessoas para ocupar as ruas exigindo o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, sempre amplificado e engrandecido pela mídia tradicional, e com a novidade que neste momento, capitaneada por grandes empresas e pelo poder financeiro, ampliaram seu espaço nas “Redes Sociais”, alcançando a população de uma forma jamais vista no Brasil. A mídia conseguiu atrapalhar a vida política e agravar de forma irresponsável a situação econômica e social do Brasil, sabotando-a com suas insistentes notícias diárias, resultando em golpe midiático, judicial e parlamentar.

Para nós, o devir multidão das jornadas de julho, do Movimento Passe Livre e de outras grandes manifestações que ocorreram no Brasil a partir de 2013 sofreram um processo de mineração de dados, leitura dos perfis dos manifestantes, construção de bolhas nas redes,

inicialmente no Facebook que acabaram por produzir a partir de manifestações plurais e legítimas um falseamento de povo/multidão nas ruas.

A sucessão de acontecimentos culmina inicialmente com os protestos contra o governo de Dilma Rousseff e de repente observa-se o nascimento de uma massa, uniformizada de verde amarelo, que tomou para si tanto as cores da bandeira quanto o uniforme da seleção de futebol do Brasil. Essa massa uniforme e uniformizada caminhou a passos largos em direção aos movimentos de extrema direita.

Sabemos que praticamente todas as instituições do sistema político são afetadas, que todos os partidos políticos têm participado de uma forma ou de outra em vários escândalos de corrupção, o que apontamos auto criticamente não exclui o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como, como todos os grupos políticos que trabalham para minar a imagem do partido e assim obter o poder que lhe foi conferido pelos direitos eleitorais. Essa narrativa é uma simplificação radical do que está acontecendo no Brasil, talvez seja melhor chamá-la de uma propaganda, construída para minar um partido de esquerda que desde suas origens foi muito malvisto pelas elites políticas nacionais e pelos interesses norte-americanos.

Desde esse período, muito se alterou em relação à comunicação no Brasil, o lugar dos protestos da rua, construiu outros espaços de disputa, as Redes Sociais Digitais, quase todas elas propriedade de grandes plataformas como Google e Facebook. Os movimentos construídos pelos grupos que se declararam “sem partido”, como o MBL, entre outros, iniciaram um exército muito profícuo no uso de mídias alternativas que se apropriam do universo digital e iniciaram os processos de construção de uma comunicação alternativa jamais vista no país desde a ditadura militar.

Essas organizações podem ser classificadas de várias formas, mas com um ponto em comum, nascem em redes digitais e não são projetos que se resumem no formato de blog ou páginas no Facebook ou Twitter. Se conformam como pontos de disseminação ininterrupta de notícias, em sua maioria, falsas, que se espalham por ferramentas tecnológicas do dia a dia da população, como o WhatsApp e o Telegram. E, é a partir dessa conformação que vislumbramos o que ocorreu nas eleições de 2018, com um oceano de notícias falsas, utilizando o lugar simbólico do medo à diferença, do medo aos “costumes”, e da intolerância às diferenças, a eleição de Jair Messias Bolsonaro.

O lugar das redes toma conta do Brasil, e não é mais possível, naquele momento, algum ou qualquer controle, pois os recursos não regulados pelo país, são determinados por outras formas de alcance, como pelas categorias de fluxo de comunicação, densidade,

distâncias e posições ocupadas nesses espaços e, a centralidade. A voz disseminada é a da mentira, do ódio, do medo, de todos os tipos de preconceitos e atrocidades.

Quando falamos do trágico evento de 08 de janeiro de 2023, quase 10 anos depois dos primeiros protestos, percebe-se que não há como não olhar o passado e todo o trabalho de desconstrução da informação, para compreender o que acontece atualmente. Podemos sim, refletir sobre diversos e, quiçá utópicos pensamentos sobre a potência que a internet teria para a (des)construção democrática em nosso país.

Abrimos um parêntese para pontuar tais acontecimentos à da semiótica do discurso. Jacques Fontanille (2019) traz novamente a reflexão da tradição dos estudos da linguagem em elencar que a linguagem é a articulação de ao menos duas dimensões chamadas plano da expressão e plano do conteúdo. Tal afirmação básica e inicial na construção de uma semiótica do discurso nos permite intuir que para entendermos a produção de discursos nas redes sociais é necessário inicialmente compreender como acontece a expressão, o modo como esses discursos se apresentam do ponto de vista estético, de estilo, dos aspectos temporais e territoriais, por outro lado, também é necessário examinar como emergem possíveis significados e leituras a partir dessas expressões. No caso das manifestações nas redes sociais, inicialmente percebe-se que os discursos que capturavam os usuários da rede para as bolhas algorítmicas fascistas observavam a partir dos discursos de determinadas comunidades e grupos quais fragilidades poderiam ser exploradas pelo discurso bolsonarista. Assim, nas redes, Bolsonaro era um verdadeiro camaleão, dando conta tanto de defender posicionamentos extremamente machistas como as inúmeras agressões contra as mulheres jornalistas, quanto proferir discursos de ódio em desfavor de minorias. Por outro lado, mesmo mulheres e minorias foram capturadas por outros discursos, como por exemplo, dentro de uma lógica de nós contra eles, dizer que as mulheres da esquerda exibiam seus seios em vias públicas e eram feias, que mulheres da direita eram mais lindas e princesas. Além disso, percebeu-se ainda uma estratégia de ser pauta permanente na mídia, assim o governo pelos mais tenebrosos motivos, a partir de toda sorte de contradições ocupava o espaço do noticiário não dando espaço para outros assuntos. Tal estratégia de presença permanente nas mídias permitia a montagem de Fake News com fragmentos de discurso tanto do próprio presidente quanto na transformação das explicações científicas e fundamentadas do que era dito derrubando seus argumentos.

Aprofundando um pouco mais no pensamento semiótico para entender as narrativas gestadas no Brasil que levaram aos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023, retornamos à Fontanille (2019) quando ele constrói uma relação entre a Semiótica do Discurso, os

processos de emergência na cultura e a Semiótica da cultura de Lotman (2000). Fontanille (2019) resume em cerca de quatro páginas o conceito de Semiosfera e propõe uma correlação entre as principais características encontradas na abordagem de Lotman (2000) com os princípios de uma semiótica do discurso. Para ele, é possível encontrar, no escopo do campo da cultura e na própria semiosfera, relações de força de assunção e extensão de reconhecimento. Ele propõe um gráfico, similar ao plano cartesiano, contendo um eixo em x e y, no qual o eixo (y) das abscissas está para as características da formação da semiosfera que correspondem às intensidades da cultura e o eixo das coordenadas(x) está para as características de desdobramento e difusão cultural. As relações entre esses eixos resultam em quatro possibilidades de ações causadas pelos discursos:

a. Quando em uma dada semiosfera se observa a diminuição da intensidade de um discurso aliada também à diminuição do desdobramento e da difusão das informações, tal relação resulta em exclusão dos elementos específicos de trocas de informação naquela cultura. Em outras palavras, quando uma máquina semiótica diminui a intensidade de geração de semioses e ao mesmo tempo os produtos gerados não são divulgados com intensidade isso resulta no desaparecimento da pluralidade, dos elementos distintivos característicos daquela cultura.

b. Quando em uma dada semiosfera se observa o aumento da intensidade de um discurso aliado ao aumento do desdobramento e difusão, tais ações resultam em desdobramento universal fazendo com que aquele discurso alcance outras culturas.

c. Quando observamos o aumento da intensidade aliado à diminuição ou constância do desdobramento e difusão isso resulta na explosão do estranho. Isso significa dizer que quando ao mesmo tempo que um discurso é intensificado, mas empobrecido tanto na geração de semioses e, portanto, diminuição da difusão ocorre a explosão. Tal explosão advém dos estudos de Lotman (2000) sobre o ressurgimento de determinados signos na cultura por processos mais violentos. Em outras palavras, para isso acontecer, temos um grupo que troca pouco com outros grupos diversos e ao mesmo tempo é bombardeado constantemente por um dado discurso. Esse processo gera uma distopia, uma diferença por assim dizer de temperatura e como uma panela de pressão, esse grupo bombardeado e em desconexão com a realidade tende a uma ação violenta e gratuita.

d. Ainda, em uma última possibilidade quando um discurso assume um movimento de constância ou diminuição da intensidade e aumento do desdobramento e difusão, aquilo que a princípio era aceito e familiar a um grupo torna-se uma ideia

ou um discurso familiar a cada vez mais sujeitos pertencentes a essa cultura e ao contrário do item três permite troca e crescimento sem violência.

É Umberto Eco (2018) que no texto “Contra el Fascismo” nos explica que a irracionalidade do fascismo, a partir da profusão de fragmentos especulares, no movimento da construção de simulacros de mundo, acaba gerando um processo de culto da ação contra a ação. Para tais grupos pensar é uma forma de castração. Assim o discurso lógico e coerente, os estudos acadêmicos, as obras de arte, a construção da cultura e do conhecimento do mundo, mais do que uma ameaça deixam o homem castrado, menos viril. De certo modo, todas as discussões, todo debate político, no sentido da política como mediação entre dois para chegar a um comum, caíram por terra no Brasil do governo Bolsonaro. Quem pode com a fala de um chefe de estado de que uma vacina teria o poder de transformar um homem em jacaré? Tempos distópicos que somente uma leitura profunda do poder do ser humano, dos processos comunicacionais e das potências discursivas das redes poderá elucidar no futuro.

Importante ressaltar que, a partir da emergência do paradigma da rede como novo modelo de organização, Manuel Castells observa três processos determinantes de articulação social na Sociedade Informacional. De um lado, a necessidade de flexibilidade econômica na gestão diante da globalização do capital, da produção e do comércio. De outro, as exigências de uma sociedade em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta se tornem um fundamento básico indiscutível da convivência democrática. E, finalmente, os avanços tecnológicos que deram origem a novas tecnologias com a Internet que marca a predominância do trabalho imaterial e da cooperação como base do novo modelo de desenvolvimento (Castells, 2003).

Paradoxalmente, apesar da constatação desse novo ambiente, as organizações políticas permaneceram por muito tempo à margem das transformações estruturais que o novo paradigma reticular de organização social aponta e sugere.

O conceito de redes políticas não pode, no entanto, ser considerado desconhecido ou novo. Como temos dito, desde os anos 50, a análise das políticas públicas desenvolveu conceitos semelhantes para identificar o mapa das relações interpessoais, as interconexões e dependências entre os atores e as forças governamentais, ao representar e intervir no processo de planejamento e mudança social (Parsons e Bales, 1955). Ao contrário, porém, das primeiras formações sistêmico-funcionalistas, hoje a proliferação de redes políticas representa inevitavelmente uma mudança substancial, e não determinante, na forma de conceber as políticas públicas e o papel do Estado como centro de decisão de todas as formas de agência, uma vez que supõe uma ruptura com a concepção monolítica que tem

prevalecido, historicamente, no desenvolvimento do Estado-nação moderno (Bonafont, 2004).

O conceito de rede política, implícito na obra de Porras (2003), pressupõe, por exemplo, uma estrutura configurada por vínculos, mais ou menos estáveis, que mantêm entre si certo número de atores políticos, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, por meio do qual ocorre uma troca de recursos materiais e imateriais e uma configuração significativa da agenda pública. Sob outro ponto de vista, Bonafont (2004) desenvolve o conceito de redes políticas como “um conjunto de relações relativamente estáveis entre atores públicos e privados que se integram por meio de uma estrutura não hierárquica e interdependente para alcançar objetivos comuns em relação à política”.

O princípio da interdependência supõe, neste ponto, um processo relacionado com a necessidade de manter relações estáveis entre os vários atores sociais, independentemente da sua tipologia – membros do governo, funcionários públicos, grupos de interesse, meios de comunicação, especialistas etc. – para atingir objetivos políticos específicos (Bonafont, 2004). Em outras palavras, toda comunidade de atores se transformaria gradativamente em um fórum especializado onde ocorre troca de recursos e informações, e propostas são elaboradas e discutidas, a partir da negociação e transação inerentes a toda materialização política, neste caso, segundo ao princípio da diversidade e complexidade sistêmica, que requer, direta ou indiretamente, a participação cidadã.

No entanto, para compreender o papel do cidadão e suas possibilidades de atuação em uma rede política, é preciso destacar os diversos tipos de redes políticas, analisando o potencial de permeabilidade que essa rede apresenta na construção da realidade social. A ideia, até tempos atrás, buscava, a partir de recursos tecnológicos, reduzir a distância entre a participação por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e gerar uma estratégia de participação cidadã na qual projetos de lei são compartilhados para que os cidadãos possam interagir, analisar, contribuir e se pronunciar sobre essas propostas de forma intuitiva, bem como ter acesso aos registros da participação de todos os atores envolvidos.

Faz-se necessário destacar que nunca, ou quase nunca, as alternativas de ação conjunta e a alternativa de escolha de relações e vínculos sociais são levadas em consideração, através do sentido e horizonte cognitivo dos agentes do desenvolvimento social, quando se trata dos processos de modernização e transformação do território.

Assim, quando se estuda o impacto das novas tecnologias de informação, da cultura cívica e da participação social dos cidadãos no ciberespaço, este tende a ser medido, registrado e observado a partir das mudanças que estão associadas à cultura digital e, em menor grau,

deveria se dar atenção às formas latentes, subjetivas, fenomenológicas e de interação, ou à dimensão processual e criativa nas políticas públicas.

Em síntese, poderíamos apontar que, para compreender os diversos movimentos e fluxos de informação que se estabelecem atualmente, seria necessário um desenho metodológico que abordasse tanto o campo social e econômico, quanto o físico-territorial, o político, o organizacional, e fundamentá-lo no campo simbólico-cultural. Mas a teoria não acompanha a práxis ou a emergência de movimentos rápidos vinculados às estratégias comunicacionais que não seguem modelos tradicionais.

Ainda para discutir o campo simbólico-cultural acreditamos que à luz da semiótica da cultura, a partir do pensamento de Iuri Lotman (2000) podemos fazer alguns apontamentos acerca do funcionamento de uma dada semiosfera que nos permitirá entender como a assimetria entre teoria e prática advém também de uma assimetria de conhecimentos, uma certa oposição entre analfabetismo e alfabetização semiótica das redes. O desconhecimento como explicaremos a seguir das inúmeras camadas de expressão, processos maquínicos de fabricação de mensagens, construção de oposições entre grupos, processos de mineração de dados acabam por delimitar esse devir multidão mais alfabetizado politicamente.

É Rancière (2014) quem define o homem democrático hodierno como o homem egoísta, para quem a democracia existe unicamente para a realização dos seus desejos consumistas e liberais. Em oposição a esta ideia, o autor afirma que:

Assim, a democracia longe de ser a forma de vida dos indivíduos empenhados em sua felicidade privada é o processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera. Ampliar a esfera pública não significa, como afirma o chamado discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significa lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade. (Rancière, 2014, p. 72)

## **2. A estetização digital do fascismo brasileiro**

Que as redes sociais digitais estão no centro de como os eventos do dia 8 de janeiro ocorreram, não é nenhuma surpresa. Elas fazem parte da estrutura telemática que nos conecta de forma instantânea e contínua, em um fluxo de substituição de informações, em uma estrutura em que o Novo nos é sempre apresentado de forma mais rápida do que conseguimos processar as informações individualmente (McLuhan, 2008), em uma comunicação unicamente baseada em padrões que nos são apresentados por modelos pouco compreensíveis e, muitas vezes, sem que ao menos consigamos perceber que eles estão ali.

Os *feeds* de notícias e organizações algorítmicas de informação nos são apresentados a fim de, como colocou Paul Valéry há quase um século, “responder a nossas necessidades mediante um esforço quase nulo, assim seremos alimentados de imagens visuais e auditivas nascendo e se evanescendo ao mínimo gesto, quase a um sinal” (Virilio, 2014, p. 57). Essa passagem da estrutura comunicacional para uma estrutura essencialmente dialética e responsiva, isso é, que pode responder imediatamente aos estímulos e anseios de todos aqueles que se interagem com essas estruturas trouxe consigo uma nova gama de possibilidades para a ação política, seja ela ativa ou passiva.

Ao existir um acesso mais facilitado à informação, é esperado que, de alguma forma, a ação política dos cidadãos seja amplificada. Entretanto, como sabemos, o acesso não pode ser reduzido apenas à disponibilidade dessas informações: devemos considerar também que o Brasil é um país profundamente desigual, onde o letramento digital se apresenta como um problema sério e pouco adereçado, e que as estruturas do conhecimento são, geralmente, subordinadas à empresas e governos com objetivos específicos e meios de controlar toda a cadeia de operação e processamento desses dados (Moulier-Boutang, 2012).

Todo esse contexto geral se encadeia para um senso de impotência, em que se sente que, mesmo que saibamos que as coisas estão ruins, todos os nossos meios de ação política parecem ineficazes (Fisher, 2009) e culminam na reafirmação de um *status quo* cada vez mais insatisfatório. Entretanto, se existe agir político dentro de um universo de comunicação de massa, ele pode, e vai, ser cooptado pelo agente que se mobilizar de forma mais forte.

No caso específico das redes sociais digitais, são as próprias *big techs* e aqueles que têm acesso efetivo para injetar dinheiro em uma máquina semiótica de produção de discursos, ou seja, a burguesia e sua capacidade de manipular a difusão de informação por meio de processos algorítmicos. O processo em si não é novo. Conglomerados de comunicação e a manipulação pelo capital existem há muito tempo, o que se coloca aqui é a evolução de meio e de tecnologia que permite novas visualizações para fenômenos quase que cíclicos.

É assim que a retórica e o discurso fascistizado das produções de representantes do liberalismo e da extrema-direita conseguem ressoar com os imaginários de um povo em um tempo: eles só são capazes de fazê-lo porque estão organizados sobre extensas formas de financiamento do empresariado burguês. O sucesso desse processo depende de uma leniência, uma permissividade com a qual o Estado liberal-burguês tem lidado com o fascismo. Fascismo, esse, que ganha espaço justamente por se estruturar em um senso de distanciamento, falsa neutralidade, apatia e, sobretudo, impotência.

Assim como no fascismo europeu no século passado, aqui vemos uma extensão da estetização da política, conforme descrito por Benjamin (2012), em que a massa se empodera ao ver o próprio rosto em uma imagem simbolicamente controlada. Esse fenômeno garante que exista em algum grau uma vontade de mudança para com o status, mas também a conservação das mesmas relações, ao se verem representados em um espetáculo midiático que afirmam o poder de estruturas que são exógenas ao povo. Espetáculos, esses, como o do dia 8 de janeiro precisam ser apresentados de forma acelerada e urgente para que exista o mínimo de crítica sobre eles.

Portanto, quando se trata das redes sociais, o constante aceleração que não é acompanhado por uma regulação legislativa que pauta os direitos humanos e o coletivo e que torna possível a fascistização não pode ser encarado como um acaso. É, sim, um projeto. Seu sucesso ou fracasso significa, sobretudo, um ato político. É importante mencionar que, ao se tratar de uma fascistização aqui, se considera uma visão marxista do fascismo como uma ditadura burguesa generalizada (Bobbio et al., 2008).

Essas colocações reforçam a necessidade e possibilidade de atuarmos de forma intencional sobre o universo simbólico que sustenta esse processo. É importante que entendamos o design por trás das imagens e códigos que utilizamos em nossa atuação política. Na prática, independentemente de como nos identificamos e que abordagens utilizamos, atuamos como agentes produtores dessas mensagens, como mediadores de informação para com o mundo e dos afetos políticos que materializam pela linguagem da imagem sempre que nos colocamos em um papel de cidadania.

Se faz necessário, assim, entender que toda *estética* (percepção, sensibilidade) está atrelada a uma *ideologia*, ou seja uma

Concepção social específica do mundo social, nem falsa, nem verdadeira em si mesma, isto é, correspondente ou não aos fatos da realidade objetiva, ainda que sua gramática, sua forma de arranjar as ideias, possa conter elementos falsos ou elementos verdadeiros, constatações de fato e juízos de valor. (Codato, 2016, p. 323)



**Figura 1.** 8 de janeiro. Reflexões do Senado - 100 dias da invasão. Fonte: Barreto (2023).

Ao invadir os monumentos atrelados ao poder público, traduzindo os eventos da invasão ao Capitólio norte americano, se tem a percepção ideológica de que o povo que está ali é diferente do povo que é representado por aquelas estruturas. Simbolicamente o celular aqui aparece como arma contra o "sistema". É uma tocha bradada para abrir caminho, revelar e ratificar seus ideais para todos aqueles que assistem ao mesmo tempo em que o indivíduo reafirma sua participação popular e agir político ao se ver integrado à uma massa plasticamente controlada pelos fascismos.

Quando falamos em massa controlada, referimo-nos a uma multidão teleguiada, um certo *flashmob* empobrecido esteticamente, expressando sua raiva contra aquilo que eles acreditam ser, como afirma Eco (2018), o castrador da sua virilidade. Ainda que o celular seja uma máquina semiótica dotada de conexão com o mundo todo e que poderia produzir um sujeito desejante e pulsante de conhecimento, potência e capaz de acessar e emanar toda sorte de informações e pensamentos, nesse movimento ele, o celular, é reduzido a uma máquina de registro de uma sucessão de ações pela ação, no qual todo o pensar todo o conhecimento foram alijados.

O levante "popular" fascista-burguês difere do levantar-se popular genuíno em diversos pontos, seja pela aura/autenticidade, seja pela estrutura associada, mas, principalmente pelas imagens de guerra evocadas de forma rasa. Como trazido por Nascimento et al. (2022) em trabalho sobre a atuação da extrema-direita em grupos de mensagem no Brasil, menções às ideias de golpe, insurreição, intervenção militar, figuras de onça (associadas ao exército) e à necessidade de se preparar para uma suposta guerra são comuns dentro dos grupos de Telegram, mas nunca são especificamente explicitadas ou explicadas de verdade.

Isso garante que, em um universo codificado, se evoque um senso de nós *contra eles*, de real batalha. A fetichização da guerra, como uma obra de arte a ser contemplada, em que o destruir em si as estruturas gera entusiasmo, portanto gera ação política, *likes* e compartilhamentos para o cidadão participante, mas não efetivamente a guerra travada por ele muda a sua realidade. Toda a performance e exposição digital mediada e impulsionada por essas câmaras de eco, no fim, só erode a confiança nas instituições sem que efetivamente se possa gerar mudança política porque faz parte da estrutura fascista garantir um simulacro em que se engana e desarma a população geral (Degras, 2013) ao mesmo tempo em que se garante uma ilusão de participação.

### 3. Considerações finais

Considerando as inúmeras situações que o Brasil vem passando nos últimos 10 anos, podemos afirmar que é de extrema importância que observemos a realidade complexa que se impõe. O processo é sistêmico e não pode ser respondido por poucas variáveis analisadas, mas sem dúvida a comunicação ocupa um papel central no debate, pois se por um lado as Tecnologias da Informação e Comunicação ampliam o direito à participação e dá voz e expressão aos cidadãos, considerando o potencial de conectividade, comunicação e mediação, por outro lado, pode representar um grande problema onde impera a desarticulação da sociedade com relação à realidade vivida, imensa em desigualdades.

Assim, se faz necessário, para a construção de um Brasil menos desigual, que estejamos vigilantes em relação às movimentações sobre legislação e controle das estruturas digitais, principalmente o Projeto de Lei 2630/2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O texto deste projeto de lei pretende combater a disseminação de notícias falsas nas redes sociais digitais, como Facebook e Twitter, e em mensagens privados, como WhatsApp e Telegram. Acredita-se que tais medidas são fundamentais para a melhoria das condições da comunicação digital no Brasil.

### 4. Referências

Barreto, H. (2023). 8 de janeiro. Reflexões do Senado - 100 dias da invasão [Fotografia].

*Senado Federal*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/exposicao-8-de-janeiro-reflexoes#36>

Benjamin, W. (2012). *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura - Volume 1* (8a ed.). Brasiliense.

- Bobbio, N., Matteucci, N., e Pasquino, G. (2008). *Dicionário de Política* (11a ed., 2 volumes). Editora UnB.
- Bonafont, C. L. (2004). *Redes de políticas públicas*. Siglo XXI.
- Castells, M. (2003). *La era de la información: economía, sociedad y cultura*, 3 Vols. Alianza.
- Codato, A. (2016). O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. *Política & Sociedade*, 15 (32), 311-331. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p311>
- Degras, J. (Ed.). (2013). *The Communist International: 1919-1943 Documents* (Volume III: 1929-1943). <https://www.marxists.org/history/international/comintern/documents/volume3-1929-1943.pdf>
- Eco, U. (2018). *Contra el fascismo*. Penguin Random House Grupo Editorial.
- Fisher, M. (2009). *Capitalist Realism: Is There No Alternative?* Zero Books.
- Fontanille, J. (2019). *Semiótica do Discurso* (2nd ed., 1st reprint). Contexto.
- Hardt, M., e Negri, A. (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Record.
- Lotman, I. (2000). *La semiosfera. Vol. I*. (D. Navarro, Ed.). Ediciones Cátedra.
- McLuhan, M. (2008). *The Medium is the Massage: An Inventory of Effects* (1st ed.). Penguin Classics.
- Moulier-Boutang, Y. (2012). *Cognitive Capitalism* (Illustrated edition). Polity Press.
- Nascimento, L. F., Barreto, T., Cesarino, L., Mussa, V., e Fonseca, P. (2022). Públicos refratados: grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. *internet&sociedade*, 3 (1), 31-60. <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2023/01/publicos.pdf>
- Negri, A. (2002). Assim começou o fim do império. Em G. Cocco e G. Hopstein (Orgs.), *As multidões e o império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos* (Coleção políticas das multidões). DP&A Editora.
- Parsons, T. & Bales, R. F. (1955). *Family, Socialization, and Interaction Process*. Free Press.
- PatGomes [@patportobahia]. (2023, 7 de janeiro). *Brasília, 7 de janeiro de 2023* [Tweet de vídeo]. Twitter. <https://twitter.com/patportobahia/status/1611778654454878208>
- Porrás, J. I. (2003). Individualidad, Racionalidad y Redes. Las nuevas lentes para comprender “lo político” en la Sociedad de la Información. *Revista Redes*. <http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Individualidad.pdf>
- Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. Boitempo.
- Virilio, P. (2014). *O espaço crítico* (2nd ed., P. R. Pires, Trans.). Editora 34.